

## CONSELHO FISCAL

### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE MAIO DE 2019

Às 14h30 do dia 30 de maio de 2019, na sala de reunião dos Conselhos, localizada no 3º andar, ala A, do Ed. Sede do Serpro, em Brasília, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária de 2019 do Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, sob a presidência do Senhor Fernando José Alves dos Santos, com a presença dos Conselheiros Jersilene de Souza Moura e Fernando Pedrosa Lopes. Fizeram-se presentes, também, durante os trabalhos do Colegiado, Carlos Moraes de Jesus, Auditor Interno, Gustavo Assis Chaves e André Henrique Fagundes Schirmer, Assessores da Diretoria, no exercício das atividades de Secretaria-Executiva do Conselho. 1. **ABERTURA** – O Presidente do Conselho abriu a reunião, verificando a presença do quórum e fazendo a leitura da pauta do dia. 2. **COMUNICADOS E INFORMES** – Foram disponibilizadas no SerproDrive as seguintes atas: da Assembleia Geral Ordinária, da Diretoria Executiva (15ª à 19ª ordinária) e do COAUD (2ª e 5ª ordinária e 3ª, 4ª e 6ª extraordinária). 3. **PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES** – (3.1) Foi assinada a ata da 4ª reunião ordinária de 2019 do Conselho. (3.2) Foi disponibilizado no SerproDrive o documento “CF-Acompanhamento de demandas-20190523”, indicando a situação das demandas. O Secretário-Executivo, Gustavo Assis Chaves, fez a apresentação das respostas apresentadas. 4. **SERPROS** – De ordem do Presidente do Conselho foram convidados para apresentar o assunto: a Diretora-Presidente do Serpros, Senhora Ana Maria Mallmann Costi, e o Diretor de Administração e Seguridade do Serpros, Senhor Carlos Luiz Moreira. A Diretora-Presidente do Serpros justificou o fato de não ter enviado a apresentação com antecedência explicando que os Conselhos do Serpros ainda não tinham aprovado os dados que viriam para a referida apresentação. Participaram também, a convite, os membros do COAUD, Senhores Mauro Rodrigues Uchôa e Rodrigo Pereira de Mello. Foram apresentados os pontos do Programa de Integridade, discorrendo sobre a revisão do Código de Conduta, revisão do Regulamento Disciplinar, implantação do Comitê de Ética, o Canal de Denúncia Externo e Política Anticorrupção. Foi informado que o Programa de Integridade e o Canal de Denúncia foram lançados em 2019, sendo o mês de maio o primeiro mês de implantação definitiva, ainda que por enquanto

somente para a Diretoria. Foi informado também que a partir desta implantação, toda a documentação está no processo, inclusive as notas técnicas não mais são apensadas, fazendo parte do sistema em si, o que previne qualquer possibilidade de alteração na documentação. A presidente do Serpros indicou que há estudos em andamento sobre a destinação do prédio onde atualmente se localiza o Serpros. Questionada se foram feitos estudos sobre possíveis alugueis, foi respondido que já foram feitos estudos e pesquisas sobre o assunto e atualmente as análises estão focadas no bairro do Botafogo ou no Centro do Rio de Janeiro. A presidente do Serpros informou ainda que a hipótese da vinda para Brasília não foi descartada e que houve um processo de escolha de empresa para a realização de estudos de viabilidade da transferência para Brasília. A empresa Mercer foi a vencedora do processo de escolha, entretanto, as duas primeiras versões entregues do relatório foram recusadas pelo Serpros, pela baixa qualidade do trabalho. Uma terceira versão do relatório deverá ser entregue no dia 31/05/2019. A presidente do Serpros informou que a revisão do Estatuto Social do Serpros e a conclusão deste estudo são as duas únicas recomendações feitas pela PREVIC e que, ainda não foram atendidas. A revisão do estatuto já está sendo realizada pelo Conselho Deliberativo do Serpros, com previsão para conclusão até o final de julho. Questionada sobre o início da operação do Canal de Denúncia Externo, foi respondido que o mês de maio de 2019 foi o início da implementação. Questionada a quem se reportava a empresa terceirizada do Canal de Denúncia Externo, foi respondido que respondia diretamente ao Comitê de Ética, que encaminhava as denúncias ao Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, conforme o caso. Questionada se os membros do Comitê de Ética eram detentores de função de confiança, foi respondido que apenas um membro, o Coordenador, era ocupante de função de confiança, os demais membros são técnicos. A Diretora-presidente do Serpros informou ainda que em conjunto com a Petros, Funcef, Ceres e Regius, o Serpros encaminhou à Deputada Bia Kicis uma proposta de maior rigidez na regulamentação do critério de seleção dos diretores e conselheiros, exigindo maior qualificação por meio de certificações. O Diretor de Administração e Seguridade do Serpros, Senhor Carlos Luiz Moreira foi questionado sobre como eram as taxas de

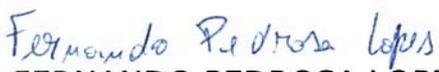
carregamento do Serpros e foi respondido que estava em 3,75% sobre as contribuições e 0,14% ao ano sobre a renda de investimentos. Questionado se os aposentados pagam essas taxas, foi respondido que sim. O Colegiado registrou a ciência do assunto e solicitou: (a) O detalhamento da ação em que é feita a solicitação da devolução da remuneração dos administradores. 5. **AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES** – Foi disponibilizado no SerproDrive o documento em formato de planilha eletrônica “Relatorio abril”. O Colegiado registrou a ciência do assunto. 6. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE** – Foram disponibilizados no SerproDrive os documentos “2019\_RelatorioAuditoriaIndependente\_1Trim2019” (Relatório dos Auditores Independentes Acerca de Revisão Especial) e “2019\_NE\_1Trimestre\_v29Abril” (Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – Primeiro Trimestre 2019). De ordem do Presidente do Conselho foram convidados para apresentar o assunto: a Superintendente de Controladoria, Senhora Edilene dos Reis Rocha de Araújo, a Gerente do Departamento de Gestão Contábil, Senhora Carla Ribeiro Alves Marques, a Chefe de Divisão de Políticas, Normas e Demonstrações Contábeis, Senhora Maria Helena da Silva Rodrigues. Questionados a respeito do atendimento ao CPC47, foi respondido que a única pendência é na automatização da elaboração dos demonstrativos financeiros. O desenvolvimento do sistema está em fase de levantamento de requisitos e isto deverá estar concluído até junho do corrente ano, e deve integrar as metas da área de desenvolvimento de sistemas. Questionados sobre a interação com a empresa de auditoria independente, foi respondido que o COAUD tem realizado reuniões periódicas com a empresa de auditoria independente e está em discussão a necessidade de reavaliação do Ativo Imobilizado. O Colegiado registrou a ciência do assunto, e solicitou: (b) Sejam agendadas reuniões conjuntas com o COUAD e a AUDIMEC de acordo com a disponibilidade da agenda da Auditoria Independente. 7. **RELATÓRIO DA AUDITORIA INTERNA** – O Relatório contendo as informações referentes às ações dos Órgãos de Fiscalização e Controle Interno e Externo, relativo ao período de 19/04/2019 a 20/05/2019, foi disponibilizado aos Conselheiros no repositório do Serpro Drive, para exame prévio. Constaram do referido material os seguintes temas: 7.1 Em

ações externas – 7.1.1 – Tribunal de Contas da União – TCU – 7.1.1.1 – Pregão Eletrônico 1709/2018 – Aquisição de Solução Integrada de Software ERP (Enterprise Resource Planning) O TCU solicitou o processo administrativo relativo ao Pregão Eletrônico 1709/2018 – “Aquisição de Solução Integrada de Software ERP (Enterprise Resource Planning) composta por serviço de implantação, serviços de suporte técnico, resolução de problemas, manutenção corretiva e atualização, licenças perpétuas do software ERP e serviços técnicos especializados”, o qual foi disponibilizado em 17/05/2019. (Ofício nº 0141/2019-TCU/Sefti, de 15/05/2019, e Ofício AUDIN/CA – 013675/2019, de 17/05/2019. - Originalmente identificado como Anexo I do material disponibilizado pela AUDIN – págs. 002 a 005) 7.1.2 – Controladoria-Geral da União – CGU 7.1.2.1 Processo reclamação trabalhista de incorporação da FCT x reconhecimento de vínculo empregatício com a União. A CGU solicitou informações a respeito do processo nº 0000198-43.2016.5.07.0006 que trata de reclamação trabalhista ajuizada por empregada do Serpro pleiteando incorporação da FCT – Função Comissionada Técnica ao seu salário com pagamento das diferenças salariais. A empregada já teve reconhecimento de vínculo de emprego com a União em outro processo trabalhista. Dessa forma, havendo vínculo com a União, entendeu-se ser inviáveis os pedidos formulados contra o Serpro. A Superintendência Jurídica - SUPJU, informou que a ação de reconhecimento do vínculo com a União está na fase de execução e a empregada ainda está vinculada ao Serpro, no aguardo do encerramento do vínculo com esta Empresa e a continuidade do vínculo com a União. (Ofício nº 9423/2019/CGLOG/DAE/SFC-CGU, de 07/05/19; Siscor COJUR nº 012897/2019-24, de 09/05/19; Ofício AUDIN/CA – 012990/2019 – Originalmente identificado como Anexo I do material disponibilizado pela AUDIN – págs. 006 a 016) 7.1.2.2 Processo de denúncia sobre alteração cadastral indevida na base do Sistema de Cadastramento Unificado de Fomecedores – SICAF. A CGU solicitou à Auditoria Interna aprofundamento em questões específicas sobre alteração cadastral indevida na base do sistema SICAF, por atendente do Serpro, considerando elementos da apuração correccional precedente. (Ofício nº 9278/2019/CGLOG/DAE/SFC-CGU, de 07/05/19 – Originalmente identificado como Anexo I do material disponibilizado pela AUDIN – págs. 017 a 050). 7.2 –

Auditoria Interna 7.2.1 Execução do PAINT 2019 – Trabalhos de auditoria encerrados. Foram encerrados os trabalhos de auditoria nº 2019/003 – Gerenciar Aquisições, Contratações e Cooperações; 2019/004 – Gerenciar Relações de Trabalho/Teletrabalho; 2019/005 – Gestão do Conhecimento Organizacional. A síntese dos Relatórios consta dos respectivos sumários executivos, conforme segue: (Relatórios de Auditoria 003, 004 e 005/2019 – Originalmente identificado como Anexo I do material disponibilizado pela AUDIN – págs. 051 a 093). 8. REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO – Foram disponibilizados no SerproDrive os documentos “1.0 MINUTA DELIBERACAO – REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL v2”, “1.1 MINUTA ANEXO 1 – REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL v2”, “1.2 MINUTA ANEXO 1A – TERMO DE ADESAO v2”, e “1.3 MINUTA ANEXO 1B – DECLARACAO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL”. De ordem do Presidente do Conselho foi convidada a apresentar o assunto: a Assessora da Diretoria, Senhora Maria Francisca Dutra. O Colegiado aprovou a Deliberação GE-015/2019 que atualiza o Regimento Interno do Conselho Fiscal. 9. ASSUNTOS GERAIS – Não houve tratamento de assuntos além da pauta. 10. PRÓXIMA REUNIÃO – Os Conselheiros confirmaram a data da 6ª Reunião Ordinária de 2019 para o dia 21 de junho de 2019, a partir das 14h00. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, às 18h32, e eu, Gustavo Assis Chaves, por ordem do Presidente do Conselho, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

  
FERNANDO JOSÉ ALVES DOS SANTOS  
Presidente do Conselho

  
JERSILENE DE SOUZA MOURA  
Conselheira

  
FERNANDO PEDROSA LOPES  
Conselheiro

  
Gustavo Assis Chaves  
Secretário-executivo